



SOCIEDADE DE DESENVOLVIMENTO
DO PORTO SANTO, S.A.

Relatório de execução orçamental

2022 - 1º Semestre

1. Introdução

O Decreto Legislativo Regional n.º 16/99/M, de 18 de maio, criou a Sociedade de Desenvolvimento do Porto Santo, S.A. (SDPS), com as alterações introduzidas pelo Decreto Legislativo Regional n.º 2/2018/M de 9 de janeiro, como meio alternativo de intervenção ao nível local, complementar à intervenção do Governo Regional e da Câmara Municipal, concorrendo para o desenvolvimento integrado e equilibrado da ilha do Porto Santo.

A SDPS é uma sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos, que prossegue fins de interesse público e tem por objeto social a conceção, promoção, construção e gestão de projetos, ações e empreendimentos que contribuam de forma integrada para o desenvolvimento económico, social, desportivo e cultural da ilha do Porto Santo.

Paralelamente, a partir do momento em que por efeitos das Contas Nacionais, integra o perímetro da Administração Pública Regional como empresa pública reclassificada, a sua atuação passou a ser enquadrada também pelas regras definidas para as Empresas Reclassificadas do Setor Público Empresarial da Região Autónoma da Madeira (SERAM).

A SDPS tem a sua atividade e funcionamento enquadrados pelo disposto no Decreto Legislativo Regional n.º 15/2021/M, de 30 de junho de 2021, que estabelece o regime jurídico do sector empresarial da Região Autónoma da Madeira, pelos seus diplomas de criação, respetivos estatutos e pelas normas aplicáveis às sociedades comerciais.

Em conformidade com o n.º 1, alínea i) do artigo 42.º do Decreto Legislativo Regional n.º 15/2021/M, de 30 de junho de 2021, devem ser elaborados e enviados aos membros do Governo Regional que detenham a tutela dos sectores das finanças, relatórios trimestrais de execução orçamental, acompanhados dos relatórios do órgão de fiscalização, sempre que exigíveis.

Paralelamente, a alínea e) do n.º 1 do Despacho n.º 140/2016, de 8 de abril de 2016, determina que seja realizado trimestralmente o reporte das contas das empresas que compõem o Sector Empresarial da Região Autónoma da Madeira (SERAM).

Optou-se por proceder ao envio dos elementos considerados mais relevantes para a apreciação da execução orçamental acima referida, bem como do Relatório do fiscal único, conforme estabelecido no n.º 2 do artigo 7.º do Decreto Legislativo Regional n.º 16/99/M, de 18 de maio.

Assim, passamos a relatar a execução orçamental do primeiro semestre de 2022 na perspetiva da contabilidade pública e também na perspetiva do SNC - AP.

2. Execução orçamental por classificação económica

2.1. Execução orçamental da despesa

No quadro seguinte podemos analisar a execução orçamental da despesa no primeiro semestre de 2022:

RESUMO DA DESPESA - SDPS			
DESPESAS CORRENTES	ORÇAMENTO CORRIGIDO	EXECUÇÃO	
		VALOR	%
Despesas com Pessoal	1 153 289,00	447 204,67	38,78%
Aquisição Bens Serviços	1 342 193,00	149 421,59	11,13%
Juros e Outros Encargos	500,00	1,88	0,38%
Administração Regional	25 000,00	3 922,56	15,69%
Outras Despesas Correntes	169 824,00	38 426,75	22,63%
SUBTOTAL	2 690 806,00	638 977,45	23,75%
DESPESAS CAPITAL			
Aquisição Bens Capital	3 548 034,00	243 976,85	6,88%
Transferências de Capital	70 000,00	60 375,00	86,25%
Passivos Financeiros	2 900 000,00	1 450 000,00	50,00%
SUBTOTAL	6 518 034,00	1 754 351,85	26,92%
TOTAL	9 208 840,00	2 393 329,30	25,99%

As despesas correntes têm uma execução de 638 977,45€, e apresentam um grau de realização de 23,75%.

Na rubrica de Aquisição de Bens e Serviços o valor da execução representa os trabalhos de manutenção/conservação nos empreendimentos, com destaque para o fornecimento de água e eletricidade, em especial no campo de golfe.

A rubrica Juros e Outros Encargos representa os valores pagos de juros e outros encargos, nomeadamente juros de mora, verificando-se uma execução muito reduzida que resulta do pagamento atempado de todas as faturas.

A rubrica Administração Regional reflete o valor despendido com a remuneração dos diversos colaboradores colocados em programas de emprego, promovidos pelo Instituto de Emprego da Madeira, IP-RAM, nomeadamente quatro no Programa de Ocupação

Temporária de Desempregados (POT) e um na Medida de Apoio à Integração de Subsidiados (MAIS).

Na rubrica Outras Despesas Correntes a execução de 22,63%, deve-se à regularização na contabilidade das retenções efetuadas em sede de IRC, a clientes, assim como o pagamento da primeira prestação do IMI.

No que concerne às despesas de capital apresentam um valor de 1 754 351,85€, com uma execução de 26,92%, contribuindo fortemente para este desempenho as rubricas:

Transferências de Capital, cuja execução em 86,25%, resultou da resolução amigável do Contrato de Promessa de Compra e Venda do lote 68, dos terrenos pertencentes ao “Porto Santo Golfe Resort”;

A rubrica Passivos Financeiros registou uma execução de 50%, que decorre da amortização das prestações de capital, decorrentes dos empréstimos contratados junto da banca estrangeira.

No global, o nível de execução do orçamento da despesa da SDPS no primeiro semestre ficou em 25,99%.

Analisando a execução orçamental da despesa, na perspetiva da fonte de financiamento, verificamos que a despesa com recurso às Receitas Próprias teve uma execução de 39,57%.

RESUMO DA DESPESA - SDPS			
FONTE FINANCIAMENTO	ORÇAMENTO	EXECUÇÃO	
	CORRIGIDO	VALOR	%
RI NÃO AFETAS A PROJETOS CO-FINANCIADOS (311)	733 749,00	160 673,58	21,90%
RG NÃO AFETAS A PROJETOS CO-FINANCIADOS (381)	0,00	0,00	0,00%
SALDOS DE RG NÃO AFETAS A PROJETOS CO-FINANCIADOS (382)	550 535,00	116 754,89	21,21%
RG JOGOS SOCIAIS (387)	0,00	0,00	0,00%
LEI DE MEIOS (391)	0,00	0,00	0,00%
FUNDO COESÃO NACIONAL (392)	50 000,00	0,00	0,00%
REACT (486)	207 400,00	0,00	0,00%
RP DO ANO COM OUTRAS ORIGENS (513)	1 379 963,00	545 999,38	39,57%
SALDOS RP TRANSITADOS - COM OUTRAS ORIGENS (522)	3 139 593,00	119 755,28	3,81%
NO SISTEMA BANCÁRIO EXTERNO (712)	3 147 600,00	1 450 146,17	46,07%
TOTAL	9 208 840,00	2 393 329,30	25,99%

De realçar que na execução orçamental da despesa, na perspetiva da fonte de financiamento, verificamos que a despesa foi paga:

- Com recurso às Receitas Próprias (513) em cerca de 22,81%;
- Transferências da RAM essencialmente para fazer face ao serviço da dívida em 67,31%; e
- Saldo de gerência em 9,88%.

2.2. Execução orçamental da receita

No quadro seguinte podemos analisar a execução orçamental da receita no primeiro semestre de 2022:

RESUMO DA RECEITA - SDPS			
RECEITAS CORRENTES	ORÇAMENTO CORRIGIDO	EXECUÇÃO	
		VALOR	%
Transferências Correntes	247 600,00	247 600,00	100,00%
Receitas Correntes	1 348 963,00	433 976,08	32,17%
Outras Receitas Correntes	31 000,00	700,00	2,26%
SUBTOTAL	1 627 563,00	682 276,08	41,92%
RECEITAS CAPITAL			
Venda de Bens de Investimento	0,00	0,00	0,00%
Transferências de Capital	257 400,00	0,00	0,00%
Ativos Financeiros	3 633 749,00	1 712 458,90	47,13%
SUBTOTAL	3 891 149,00	1 712 458,90	44,01%
Saldo Gerência Anterior (16)	3 690 128,00	3 690 126,96	100,00%
SUBTOTAL	3 690 128,00	3 690 126,96	100,00%
TOTAL	9 208 840,00	6 084 861,94	66,08%

Conforme se pode verificar, a execução orçamental da receita no primeiro semestre de 2022 foi de 66,08%, sendo que as receitas correntes tiveram uma execução de 41,92% e as receitas de capital de 44,01%.

De salientar a execução da rubrica Transferências Correntes em 100%, justificada pelo recebimento em 2022 da compensação da perda de receita devido às orientações do acionista para a isenção de rendas e taxas aos concessionários privados.

A rubrica dos Ativos Financeiros, registou uma execução de 47,13%, explicada pela amortização das prestações de capital, decorrentes dos empréstimos contratados junto da banca estrangeira.

Analisando a execução orçamental da receita, na perspetiva da fonte de financiamento, verificamos que os valores recebidos resultaram:

- Receitas Próprias (513) com 7,14%;
- Em 32,21% através de transferências da RAM; e
- Proveniência do saldo de gerência em 60,65%.

O saldo de gerência encontra-se totalmente integrado.

RESUMO DA RECEITA- SDPS			
FONTE FINANCIAMENTO	ORÇAMENTO	EXECUÇÃO	
	CORRIGIDO	VALOR	%
RI NÃO AFETAS A PROJETOS CO-FINANCIADOS (311)	733 749,00	262 458,90	35,77%
RG NÃO AFETAS A PROJETOS CO-FINANCIADOS (381)	0,00	0,00	0,00%
SALDOS DE RG NÃO AFETAS A PROJETOS CO-FINANCIADOS (382)	550 535,00	550 534,94	100,00%
RG JOGOS SOCIAIS (387)	0,00	0,00	0,00%
LEI DE MEIOS (391)	0,00	0,00	0,00%
FUNDO COESÃO NACIONAL (392)	50 000,00	0,00	0,00%
REACT (486)	207 400,00	0,00	0,00%
RP DO ANO COM OUTRAS ORIGENS (513)	1 379 963,00	434 676,08	31,50%
SALDOS RP TRANSITADOS - COM OUTRAS ORIGENS (522)	3 139 593,00	3 139 592,02	100,00%
NO SISTEMA BANCÁRIO EXTERNO (712)	3 147 600,00	1 697 600,00	53,93%
TOTAL	9 208 840,00	6 084 861,94	66,08%

3. Demonstração de Resultados por Naturezas

SOCIEDADE DE DESENVOLVIMENTO DO PORTO SANTO, S.A.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS PERÍODOS FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2022

(Montantes expressos em Euros)

RENDIMENTOS E GASTOS	2º TRIMESTRE		31/dez/21
	2022	2021	
Vendas	25 776,20	7 336,33	40 562,00
Prestações de serviços	322 105,55	88 872,17	423 031,78
Subsídios à exploração		-	247 600,00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	(23 008,48)	(5 031,22)	(26 061,27)
Fornecimentos e serviços externos	(171 507,36)	(129 291,73)	(430 565,07)
Gastos com o pessoal	(481 986,97)	(503 125,81)	(1 011 064,66)
Provisões (aumentos/reduções)		-	(6 017 135,00)
Outros rendimentos e ganhos	5 277,30	13 144,73	21 565,08
Outros gastos e perdas	(10 033,88)	(35 649,72)	(117 403,58)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento	(333 377,64)	(563 745,25)	(6 869 470,72)
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	(560 556,67)	(461 915,04)	(1 111 461,57)
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)			
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento)	(893 934,31)	(1 025 660,29)	(7 980 932,29)
Juros e rendimentos similares obtidos	-	-	-
Juros e gastos similares suportados	-	-	-
Resultado antes de impostos	(893 934,31)	(1 025 660,29)	(7 980 932,29)
Imposto sobre o rendimento	-	-	(362,42)
Resultado líquido do período	(893 934,31)	(1 025 660,29)	(7 981 294,71)

No que concerne aos Rendimentos da empresa no primeiro semestre de 2022, face ao período homólogo de 2021, temos a observar o seguinte:

- Melhoria significativa nas Vendas, resultante da retoma da atividade pós-Covid;
- Nas Prestações de Serviços verificou-se um aumento acentuado, justificado pelas novas orientações de gestão do acionista, que se traduziram no levantamento da isenção das rendas aos concessionários privados, decorrente da pandemia do COVID-19.

Quanto aos Gastos registados no primeiro semestre de 2022, comparando com o período homólogo no ano anterior, observamos:

- O Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas aumentou pelo facto de a loja existente no empreendimento Campo de Golfe, já se encontrar aberta ao público, após algum tempo encerrada devido às medidas impostas pelo confinamento;

- O acréscimo observado nos Fornecimentos e Serviços Externos, resultou dos trabalhos de manutenção/conservação, nos empreendimentos, e com o regresso à normal atividade dos empreendimentos, o fornecimento de energia e água voltaram a subir, ficando os valores praticamente idênticos aos faturados, antes das medidas impostas pelo confinamento;
- Não obstante à atualização dos salários, os Gastos com o Pessoal registaram um decréscimo, justificado pela cedência de duas trabalhadoras à Secretaria Regional de Finanças, no Porto Santo;
- Nos Outros rendimentos e ganhos verificou-se uma diminuição pois em 2021, foi efetuada uma regularização de uma conta corrente de um fornecedor na medida em que o mesmo já não devia nada a SDPS e em 2022 isso já não aconteceu.
- Em Outros gastos e perdas houve um decréscimo resultante da regularização, em 2021, de várias contas correntes de clientes, pois os mesmos se encontravam insolventes, o que não aconteceu em 2022, no período em análise.

91 X

4. Balanço

SOCIEDADE DE DESENVOLVIMENTO DO PORTO SANTO, S.A.
BALANÇO EM 30 DE JUNHO DE 2022

(Montantes expressos em Euros)

RUBRICAS	NOTAS	2º TRIMESTRE		31/dez/21
		2022	2021	
ATIVO				
ATIVO NÃO CORRENTE				
Ativos fixos tangíveis	6	35 132 722,27	36 041 600,70	35 484 789,49
Ativos intangíveis		-	-	-
Outros ativos financeiros		-	-	-
<i>Total de ativo não corrente</i>		35 132 722,27	36 041 600,70	35 484 789,49
Ativo CORRENTE				
Inventários	8	5 573 680,73	5 610 732,22	5 589 702,17
Clientes	9	74 337,08	73 352,86	61 489,92
Estado e outros entes públicos	10	224 611,46	247 127,51	234 657,09
Outras contas a receber	11	12 122 619,78	12 277 170,64	10 545 110,17
Diferimentos	12	-	3 187,59	-
Caixa e depósitos	4	3 743 422,52	3 856 754,45	3 759 446,71
<i>Total de ativo corrente</i>		21 738 671,57	22 068 325,27	20 190 406,06
TOTAL DO ATIVO		56 871 393,84	58 109 925,97	55 675 195,55
PATRIMONIO LÍQUIDO				
Património/Capital		79 518 535,00	79 518 535,00	79 518 535,00
Outros instrumentos de capital próprio		31 985 547,52	28 475 373,69	28 351 798,52
Prémios de emissão		1,62	1,62	1,62
Reservas		-	-	-
Resultados transitados		(86 705 697,60)	(78 724 402,89)	(78 724 402,89)
Ajustamentos/Outras variações no capital próprio		-	-	-
Resultado líquido do período		(893 934,31)	(1 025 660,29)	(7 981 294,71)
TOTAL DO PATRIMONIO LÍQUIDO		23 904 452,23	28 243 847,13	21 164 637,54
PASSIVO				
PASSIVO NÃO CORRENTE				
Provisões		6 364 070,00	346 935,00	6 364 070,00
Financiamentos obtidos		22 816 666,66	25 716 666,66	24 266 666,66
<i>Total do passivo não corrente</i>		29 180 736,66	26 063 601,66	30 630 736,66
PASSIVO CORRENTE				
Fornecedores		59 037,02	22 367,28	-
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes		-	60 375,00	60 375,00
Estado e outros entes públicos		37 433,86	31 361,65	362,42
Financiamentos obtidos		2 900 000,00	2 900 000,00	2 900 000,00
Outras contas a pagar		789 734,07	788 373,25	919 083,93
<i>Total do passivo corrente</i>		3 786 204,95	3 802 477,18	3 879 821,35
TOTAL DO PASSIVO		32 966 941,61	29 866 078,84	34 510 558,01
TOTAL DO PATRIMONIO LÍQUIDO E PASSIVO		56 871 393,84	58 109 925,97	55 675 195,55
		-	-	-

(1) - O euro, admitindo-se, em função da dimensão e exigências de relato, a possibilidade de expressão das quantias em milhares de e

No balanço há a assinalar, face a 31 de dezembro de 2021:

- Nos Clientes constata-se um aumento, justificado pelo levantamento das isenções das rendas, decorrentes das medidas COVID-19;

5. Demonstração de Fluxos de Caixa

SOCIEDADE DE DESENVOLVIMENTO DO PORTO SANTO, S.A.

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

(MÉTODO DIRECTO)

(Montantes expressos em Euros)

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	2º TRIMESTRE		31/dez/21
		2022	2021	
Fluxos de caixa das actividades operacionais				
Recebimentos de clientes		433 976,08	260 326,82	543 752,48
Pagamentos a fornecedores		-149 421,59	-130 651,83	-524 827,87
Pagamentos ao pessoal		-447 204,67	-465 533,13	-644 161,76
	Caixa gerada pelas operações	-162 650,18	-335 858,14	-625 237,15
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento				19 308,94
Outros recebimentos/pagamentos		128 123,94	-170 077,04	-501 073,95
	Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)	-34 526,24	-505 935,18	-1 107 002,16
Fluxos de caixa das actividades de investimento				
Pagamentos respeitantes a:				
Ativos fixos tangíveis		-243 976,85	-35 797,79	-85 470,48
Ativos intangíveis				
Recebimentos provenientes de:				
Ativos fixos tangíveis				
Ativos intangíveis				
Investimentos financeiros				
Outros ativos				
Subsídios ao investimento				
	Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)	-243 976,85	-35 797,79	-85 470,48
Fluxos de caixa das actividades de financiamento				
Recebimentos provenientes de:				
Cobertura de prejuízos		1 712 458,90	1 946 006,53	3 949 438,46
Pagamentos respeitantes a:				
Financiamentos obtidos		-1 450 000,00	-1 450 000,00	-2 900 000,00
Juros e gastos similares				
	Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)	262 458,90	496 006,53	1 049 438,46
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)				
		-16 044,19	-45 726,44	-143 034,18
Efeito das diferenças de câmbio				
Caixa e seus equivalentes no início do período				
		3 759 466,71	3 902 480,89	3 902 480,89
Caixa e seus equivalentes no fim do período				
		3 743 422,52	3 856 754,45	3 759 466,71
CONCILIAÇÃO ENTRE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES E SALDO DE GERÊNCIA				
Caixa e seus equivalentes no início do período				
		3 759 466,71	3 902 480,89	3 902 480,89
- Equivalentes a caixa no início do período		0,00	0,00	0,00
- Variações cambiais de caixa no início do período		0,00	0,00	0,00
= Saldo da gerência anterior		3 759 466,71	3 902 480,89	3 902 480,89
De execução orçamental				
		3 690 126,96	3 865 936,09	3 865 936,09
De operações de tesouraria				
		69 319,75	36 544,80	36 544,80
Caixa e seus equivalentes no fim do período				
		3 743 422,52	3 856 754,45	3 759 466,71
- Equivalentes a caixa no fim do período		0,00	0,00	0,00
- Variações cambiais de caixa no fim do período		0,00	0,00	0,00
= Saldo para a gerência seguinte		3 743 422,52	3 856 754,45	3 759 466,71
De execução orçamental				
		3 686 916,27	3 796 302,10	3 690 126,96
De operações de tesouraria				
		56 506,25	60 452,35	69 319,75

(1) - O euro, admitindo-se, em função da dimensão e exigências de relato, a possibilidade de expressão das quantias em milhares de euros

No que concerne à Demonstração de Fluxos de Caixa temos a assinalar um aumento nos recebimentos de clientes e um aumento nos pagamentos a fornecedores, este último decorrente do cumprimento da Lei dos Compromissos, de forma a que os pagamentos não entrem em atraso.

6. Conclusão

O Conselho de Administração e todos os seus colaboradores continuam empenhados na melhoria dos procedimentos de controlo interno, que permitam aumentar a cobrança de receita. O objetivo é evitar os incumprimentos e recuperar valores em dívida.

Funchal, 28 de julho de 2022

O Conselho de Administração

A Vogal Executiva,



(Fatima Carvalho)

O Vogal Executivo,



(Ricardo Morna Jardim)

Sociedade de Desenvolvimento do Porto Santo

Relatório do Órgão de Fiscalização

1º Semestre de 2022

Julho de 2022

Telefone: +351 213 182 720 | Email: info@pkf.pt | www.pkf.pt

PKF & Associados, SROC, Lda. | Avenida 5 de Outubro n.º 124 7º | 1050-061 Lisboa | Contribuinte n.º 504 046 683 |

Capital Social €50.000 | Inscrita na OROC sob o n.º 152 e na CMVM sob o n.º 20161462

A PKF & Associados, SROC, Lda. é membro da PKF International Limited, uma rede de sociedades legalmente independentes, a qual não aceita quaisquer responsabilidades pelos atos ou omissões de qualquer sociedade ou sociedades membro.

Índice

1. Nota Introdutória	3
2. Contabilidade Orçamental	4
2.1. Execução Orçamental da Receita	4
2.2. Execução Orçamental da Despesa	5
3. Conclusões	6
4. Nota Final	8

1. Nota Introdutória

À Vice-Presidência do Governo Regional da Madeira,
Secretaria Regional de Equipamentos e Infraestruturas,
Direção Regional do Orçamento e Tesouro e Inspeção Regional de Finanças

Exmos. Senhores,

O presente relatório é Relatório elaborado nos termos do n.º 1, alínea i) do artigo 42.º do Decreto Legislativo Regional n.º 15/2021/M, de 30 de junho de 2021 e do contrato celebrado entre as Sociedades de Desenvolvimento e a PKF & Associados, SROC, Lda. para o triénio 2020-2022.

Procedemos à análise da situação económico-financeira da Sociedade de Desenvolvimento do Porto Santo (doravante “SDPS” ou “Sociedade”), relativa ao segundo trimestre de 2022, de acordo com as Normas Técnicas e as Diretrizes de Revisão/Auditoria aprovadas pela Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e com a extensão considerada necessária nas circunstâncias.

O nosso trabalho incluiu, entre outros aspetos, o seguinte:

- i) Reuniões com o Conselho de Administração e outros responsáveis, tendo sido solicitados e obtidos todos os esclarecimentos que considerámos necessários;
- ii) Apreciação da adequação e consistência das políticas contabilísticas adotadas pela Sociedade;
- iii) Verificação da conformidade do relatório de execução orçamental do primeiro semestre com os registos contabilísticos que lhes servem de suporte e explicação dos principais desvios e variações.

Dada a inexistência de qualquer disposição legal que imponha à Sociedade a obrigatoriedade de preparação de um conjunto completo de Demonstrações Financeiras reportados a 30 de Junho de 2022, o nosso trabalho foi desenvolvido com base nos Balancetes da contabilidade patrimonial e orçamental disponibilizados e no Relatório de execução orçamental preparado pela SDPS com referência ao segundo trimestre de 2022, incluindo o Balanço, a Demonstração dos resultados, a Demonstração dos fluxos de caixa e os Mapas de Controlo Orçamental da despesa e da receita.

Caso tivessem sido preparadas Demonstrações Financeiras completas com referência àquela data, outras situações poderiam manifestar-se passíveis de relato no presente relatório. No entanto, nos pontos seguintes, levamos ao conhecimento de V. Exas., as conclusões e recomendações que consideramos relevantes, face às situações identificadas no decurso do nosso trabalho.

2. Contabilidade Orçamental

2.1. Execução Orçamental da Receita

Relativamente ao orçamento da receita, as taxas de execução a 30 de junho de 2022 são as seguintes:

Designação	2022			2021		
	Previsões Corrigidas Anuais	Receitas cobradas 30-06-2022	Grau de Exec.	Previsões Corrigidas Anuais	Receitas cobradas 30-06-2021	Grau de Exec.
RECEITAS CORRENTES	1.627.563	682.276	41,92%	1.292.494	263.655	20,40%
Transferências Correntes	247.600	247.600	100,00%	151.250	0	0,00%
Venda de Bens e Serviços Correntes	1.348.963	433.976	32,17%	1.125.244	260.327	23,14%
Outras Receitas Correntes	31.000	700	2,26%	16.000	3.328	20,80%
RECEITAS DE CAPITAL	3.891.149	1.712.459	44,01%	4.276.898	1.946.007	45,50%
Transferências de capital	257.400	0	0,00%	238.796	0	-
Passivos Financeiros	3.633.749	1.712.459	47,13%	4.038.102	1.946.007	48,19%
OUTRAS RECEITAS	3.690.128	3.690.127	100,00%	3.865.937	3.865.936	100,00%
Saldo da gerência anterior	3.690.128	3.690.127	100,00%	3.865.937	3.865.936	100,00%
Total	9.208.840	6.084.862	66,08%	9.435.329	6.075.598	64,39%

No que respeita ao orçamento da receita, a taxa de execução verificada em 30 de junho de 2022 ascende a 66,08%, que se traduz em 6.084.862 euros em termos absolutos, aumentando cerca de 9.264 euros face aos valores registados em período homólogo anterior. O referido grau de execução justifica-se essencialmente pela execução das Receitas Correntes, Receitas de Capital e Outras Receitas, cuja justificação se apresenta nos pontos seguintes:

- ✓ Total execução na rubrica de “*Transferências Correntes*”, em resultado do recebimento da compensação da perda de receita, resultante as orientações dos acionistas para a isenção de rendas e taxas aos concessionários privados;
- ✓ O aumento na rubrica “*Venda e Prestação de Serviços*” diz respeito ao levantamento da isenção das rendas aos concessionários privados, decorrente da pandemia COVID-19;
- ✓ A execução dos “*Passivos Financeiros*” resulta das amortizações registadas relativas a empréstimos contraídos com a banca estrangeira;
- ✓ O saldo de gerência apresenta uma execução de 100,00%, logo encontra-se totalmente integrado.

2.2. Execução Orçamental da Despesa

Relativamente ao orçamento da despesa, as taxas de execução a 30 de junho de 2022 são as seguintes:

Designação	2022			2021		
	Dotação Anual Corrigida	Despesa paga 30/06/2022	Grau Exec.	Dotação Anual Corrigida	Despesa paga 30/06/2021	Grau Exec.
DESPESAS CORRENTES	2.690.806	638.977	23,75%	2.833.023	642.345	22,67%
Despesas com Pessoal	1.153.289	447.205	38,78%	1.337.740	465.533	34,80%
Aquisição Bens Serviços	1.342.193	149.422	11,13%	1.338.401	130.652	9,76%
Juros e outros encargos	500	2	0,38%	1.000	2	0,16%
Administração Regional	25.000	3.923	15,69%	25.000	9.149	36,60%
Outras Despesas Correntes	169.824	38.427	22,63%	130.882	37.010	28,28%
DESPESAS DE CAPITAL	6.518.034	1.754.352	26,92%	6.602.576	1.485.798	22,50%
Aquisição Bens capital	3.548.034	243.977	6,88%	2.580.995	35.798	1,39%
Transferências de Capital	70.000	60.375	86,25%	1.121.581	0	0,00%
Passivos Financeiros	2.900.000	1.450.000	50,00%	2.900.000	1.450.000	50,00%
Total	9.208.840	2.393.329	25,99%	9.435.599	2.128.143	22,55%

Conforme ilustra o quadro acima, a execução orçamental da despesa no segundo trimestre de 2022 situa-se nos 25,99%, apresentado um total de despesa paga pela Sociedade de 2.393.329 euros.

Verifica-se um aumento de 265.186 euros quando comparada com a que foi realizada no período homólogo anterior. Devido a esta alteração, gostaríamos de evidenciar as seguintes situações que de certa forma justificam o grau de execução registado no orçamento da despesa com referência a 30 de junho de 2022:

- ✓ A rubrica de “Aquisição de Bens e Serviços” deriva a sua execução através da manutenção e conservação dos vários empreendimentos, em especial no campo de golfe;
- ✓ A rubrica “*Administração Regional*” apresenta o valor que foi despendido com remunerações dos diversos colaboradores colocados em programa de emprego. Por outro lado, a rubrica “Outras Despesas Correntes” representam maioritariamente a regularização das retenções efetuadas em sede de IRC, a clientes da sociedade;
- ✓ Os valores apresentados em “*Despesas de Capital*” para o período em análise apresentam uma alta taxa de execução pelas seguintes razões:
 - No período em análise houve uma resolução amigável do Contrato de Promessa de Compra e Venda do lote 68, dos terrenos pertencentes ao “Porto Santo Golfe Resort”, o que derivou na execução de 86,25% da rubrica “*Transferências de Capital*”;
 - A rubrica de “*Passivos Financeiros*” apresenta um grau de execução de 50,00%, deriva das amortizações registadas relativas a empréstimos contraídos com a banca estrangeira.

3. Conclusões

No decurso do nosso trabalho, identificámos algumas limitações relacionadas com o sistema informático, designadamente, no que toca a erros de parametrização do *software*, dos quais resultam determinadas incongruências nos mapas de controlo orçamental da Receita e da Despesa, comprometendo, por esta via, a qualidade do reporte da informação financeira da Sociedade. Não obstante, não foram identificadas distorções materialmente relevantes a reportar, relativamente ao Relatório de execução orçamental do segundo trimestre de 2022.

Relativamente ao primeiro semestre de 2022, salientamos que foi adjudicado um procedimento com o seguinte objeto contratual “Prestação de Serviços para a Inventariação e Reconciliação Física-Contabilística, Avaliação de Bens Móveis e Avaliação do Património Imóvel de Domínio Privado e de Domínio Público, de acordo com as especificidades técnicas previstas nas peças do procedimento.”. Não obstante, esta informação não origina nesta fase uma alteração na nossa opinião com reservas incluída na Certificação Legal de Contas relativa ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021 desta sociedade, que abaixo reproduzimos:

- *“No decurso do trabalho por nós realizado, verificámos que a rubrica de Ativos Fixos Tangíveis inclui cerca de 35.485 milhares de euros relativos a terrenos e edifícios, relativamente aos quais não conseguimos concluir de forma inequívoca sobre eventuais situações de perdas por imparidade.”;*
“De salientar, que a Entidade iniciou um procedimento concursal com vista à aquisição de serviços de Inventariação e Reconciliação Físico-Contabilística, Avaliação de Bens Móveis e Avaliação do Património Imóvel de Domínio Privado e Domínio Público, estimando-se que os resultados deste procedimento venham a produzir efeitos no exercício de 2023.”;
- *“A rubrica de Outras Contas a Receber inclui cerca de 10.170 milhares de euros relacionados com dívidas de entidades relacionadas, relativamente às quais não nos é possível concluir acerca da sua efetiva recuperabilidade. Desta forma não nos podemos pronunciar sobre a necessidade de reconhecimento de eventuais perdas por imparidade, bem como de eventuais regularizações que possam ter efeito sobre os capitais próprios da Entidade.”;*
- *“Em outubro de 2019, foi celebrado um acordo de transação entre a SDPS - Sociedade de Desenvolvimento do Porto Santo S.A. (SDPS), a Região Autónoma da Madeira e a sociedade comercial Pico de Baixo e Penedo – Investimentos Imobiliários Lda. (PBP), de acordo com o qual haveria a transmissão de propriedade sobre uma parcela para a SDPS e um valor de relativo a lucros cessantes, sendo que na presente data, sobre o referido acordo corre uma ação judicial entreposta pela sociedade PBP no Tribunal Administrativo e Fiscal do Funchal. Em resultado do parecer do Tribunal de Contas, datado de 8 de novembro de 2021, relativa ao acordo acima referido, foi decidido em Conselho de Administração da SDPS, por uma questão de prudência, a constituição de uma provisão no valor de 6.056 milhares de euros por*

contrapartida de custos do exercício a qual se destina a fazer face a eventuais responsabilidades associadas a este processo judicial. De salientar que, este montante inclui, quer o valor do próprio terreno, quer a indemnização por lucros cessantes requerida pela sociedade PBP. Em resultado, do facto de não ser possível desagregar o valor global dos 6.056 milhares de euros, não nos é possível quantificar a sobreavaliação dos custos do exercício e a subavaliação do Ativo que decorre da aquisição do terreno em questão.”

Por último, salientamos que apesar da Resolução da Presidência do Governo Regional e da deliberação da Assembleia Geral da Sociedade relativa à conversão de Contratos de Mútuo em prestações acessórias, encontra-se perdido mais de metade do capital social da Sociedade, desta forma, deverá ser tido em consideração o disposto no Art.º 35 do Código das Sociedades Comerciais.

4. Nota Final

De acordo com a nossa prática habitual, que tem em vista maximizar sempre a utilidade da nossa colaboração, ficamos ao inteiro dispor, para prestarmos os esclarecimentos adicionais que eventualmente, considerem úteis e necessários.

Cumpre-nos, finalmente, salientar e agradecer a cooperação que temos recebido por parte do Conselho de Administração e dos diversos colaboradores das Sociedades Desenvolvimento com que contactámos, bem como o interesse na apreciação das observações e recomendações por nós efetuadas.

Lisboa, 28 de julho de 2022



PKF & ASSOCIADOS

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

Representada por

José de Sousa Santos (ROC n.º 804 | CMVM n.º 20160434)